


## Democratização do Ensino Superior às Pessoas com Deficiência/Necessidades Especiais: A Unioeste como Campo de Reconhecimento Social

### Democratization of Higher Education for Disabled and Special Needs People: Unioeste as Social Recognition Field

\*Vera Lucia Ruiz Rodrigues Silva<sup>1</sup> 

\*Aloísio Ruscheinsky<sup>2</sup> 

#### Resumo

Ao abordar a democratização do ensino superior, com foco nas pessoas com deficiência e/ou com necessidades educacionais especiais (PCD/PNEE), este artigo expressa conhecimentos oriundos dos estudos e pesquisas realizadas em doutoramento. Para tanto, concebe que o ambiente do ensino superior possui em seu cerne um campo de disputa entre setores da sociedade que possuem distintos projetos de universidade. A narrativa destaca a apropriação de conhecimentos, de ação coletiva para uma cultura política, com o intuito de acesso, permanência e conclusão nesse nível de ensino. Os dados apresentados foram coletados na realização de estudo de caso, a partir da compilação de entrevistas com docentes, técnicos, acadêmicos que utilizam os serviços de AEE, para uma análise qualitativa articulada a uma perspectiva teórica no campo das ciências sociais. Conclui-se que a observância de mecanismos específicos assegura os condicionantes para o atendimento educacional especializado, com as adaptações curriculares e com acessibilidade.

**Palavras-chave:** Democratização do ensino superior. Pesquisa social. Reconhecimento. Atendimento educacional especializado.

#### Abstract

According Addressing the democratization of higher education focused on the people with disabilities and / or with special educational needs (PCD / PNEE), this article presents knowledge derived from studies and research carried out in doctoral studies. For this purpose, it conceives that the higher education environment has at its core a field of dispute between sectors of society that have different university projects. The narrative highlights the appropriation of knowledge, of collective action for a political culture, with the aim of access, stay and conclusion at this level of education. The

<sup>1</sup> Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Pró-Reitoria de Extensão, Programa institucional de Ações Relativas às Pessoas com Necessidades Especiais, Campus de Cascavel (PEE-UNIOESTE, Cascavel, PR, Brasil). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5433-7421>.

<sup>2</sup> Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Centro de Ciências Humanas, Escola de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS-UNISINOS, São Leopoldo, RS, Brasil). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1297-0795>.

information presented were collected in the conduct of a case study, from the compilation of interviews with teachers, technicians, academics who use the services of ESA, for a qualitative analysis linked to a theoretical perspective in the field of social sciences. In conclusion, from the observance of specific mechanisms, which are conditions to ensure specialized educational assistance, curricular adaptations and accessibility to people with disabilities.

**Keywords:** Democratization of higher education. Social research. Recognition. Specialized educational service.

## Introdução

A democratização do ensino superior constitui-se um longo e intenso debate na produção acadêmica. Assim, neste artigo, tem-se como referência a prerrogativa de acesso de todos os indivíduos que possuem a pretensão de ingressar nesse nível de ensino. Destacam-se, dentre esses, as demandas de camadas populares e das pessoas com deficiência (PCD) e/ou as pessoas com necessidades educacionais especiais (PNEE). Esta produção científica, ao abordar a perspectiva do acesso à IES (Instituição de Ensino Superior), considera que as PNEE, para terem assegurados o ingresso, a permanência e a conclusão de suas atividades acadêmicas, requerem mecanismos distintos de atendimento educacional especializado (AEE), de adaptações curriculares e de acessibilidade, que atendam minimamente à comunicação, adequações de mobiliários e da estrutura arquitetônica.

Concebe-se que as instituições de ensino superior possuem a prerrogativa de promover a formação de homens e mulheres em áreas do conhecimento científico, como também para a atuação profissional. Esse contexto universitário possibilita à comunidade acadêmica expressar opiniões e condutas de acordo com seus paradigmas de sociedade. Assim, a expressão de práticas sociais a partir das interpretações da realidade em um movimento da *doxia* para episteme no espaço universitário está alinhada à visão de mundo que cada sujeito toma para si em sua formação acadêmica.

O artigo apresenta um fragmento dos estudos e pesquisas realizados a partir da elaboração e sistematização de uma Tese de Doutorado em Ciências Sociais por um dos coautores. Tem-se como principal objetivo compreender e analisar as práticas dos atores envolvidos no processo de estabelecimento de políticas na área da Educação Especial para o ensino superior. O tipo de pesquisa empregada foi estudo de caso, a partir da ação dos atores envolvidos na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), com análise de conteúdo dos relatos e dados coletados. Do ponto de vista metodológico, foram utilizadas estratégias combinadas. Os relatos apresentados foram coletados a partir da realização de estudo de caso, com uma compilação de entrevistas com docentes, técnicos, comunidade externa e acadêmicos que utilizam os serviços de AEE. Disto se depreendeu uma análise qualitativa das circunstâncias atinentes aos sujeitos do processo social em destaque. Soma-se à coleta de dados empíricos a realização de observação participante ao longo de meses. A revisão bibliográfica sobre a temática selecionada de alguma forma vem de uma articulação entre teorias da educação e das ciências sociais. Neste ínterim, a pesquisa tomou como subsídio teórico autores que possibilitam refletir sobre essa temática, articulando teoria e empiria – partindo do pressuposto de que o espaço universitário deve ser democrático e universal.

Assim sendo, este artigo corrobora a justificativa de que, com estudos e pesquisas, busca-se compreender o processo pelo qual as universidades perpassam conflitos para estabelecer ações voltadas à ampliação da universalização do ensino superior, tendo como foco o acesso às pessoas com deficiência/necessidades educacionais especiais. Os relatos dos atores envolvidos possibilitam acatar as compreensões e perspectivas que estes possuem em relação ao processo de acesso no ensino superior dos PNEE. A investigação possui uma justificativa de relevância social e científica nos argumentos que mostram que o movimento de inclusão ganha espaço na disputa inerente às lutas sociais e às instituições. Consequentemente, esses indivíduos não ficaram subjugados ou dependentes de outras pessoas ou de programas assistenciais.

A formação universitária pode contribuir para o desenvolvimento de práticas voltadas para ações de cunho individual (profissionalização) e para a coletividade (ampliar a luta pela democratização). Então existem segmentos que alimentam a elitização desse nível de ensino, enquanto há outros segmentos que fomentam a democratização desse ambiente via acesso às camadas populares. Acima da ótica dualista, a realidade abordada é paradoxal, pois as condições de possibilidade ficam aquém das demandas. Por isso, nesta narrativa, observam-se os mecanismos peculiares para assegurar o atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência e necessidades educacionais especiais, as adaptações pedagógicas ou curriculares, o envolvimento de burocratas e a acessibilidade factual a esses indivíduos.

Nesse contexto, a Universidade é uma instituição que apreende interesse de atores da sociedade civil, de setores públicos e privados. Os debates se encontram em uma linha tênue entre a definição de investimentos destinados à sua expansão ou cortes orçamentários para sua restrição (GIROUX, 2019; SANTOS, 2011). Em outras palavras, como espaço de estabelecimento de políticas públicas, fica na vitrine dos movimentos sociais, dos atores de mercado e de Governos.

Governos com tendência a democratizar o ensino superior normalmente buscam a valorização do desenvolvimento científico e tecnológico, produzindo conhecimentos de modo a objetivar a qualificação de recursos humanos, promover o acesso universal à educação, saúde, segurança e demais políticas públicas. Também desenvolvem ações para ampliar a autonomia científica, econômica e competitividade no mercado nacional e internacional.

Por outro lado, governos com tendências neoliberais visam promover a mercantilização de estatais e do próprio conhecimento, dentre estas as instituições de ensino superior, que, no projeto de país como o Brasil, ficam à mercê de importar pesquisas e tecnologias. Isso remete a uma realidade complexa de riscos, de conflitos ofuscados e de inimigos invisíveis e imprevisíveis, mesmo ao olhar do cientista social. Destaca-se, como síntese das preocupações das ações de AEE/PNEE, que “[...] nenhuma democracia será jamais prestável, se os cidadãos não são autônomos, se não têm critérios pessoais de análise e avaliação, se não têm curiosidade, se são incapazes de concentrar-se e produzir pensamento independente [...]” (GIROUX, 2019, p. 4).

Nessa perspectiva, os atores envolvidos com o AEE na Universidade para cumprir com o desenvolvimento de capacidades e o capital social vão além da lógica neoliberal no interior da universidade. Nessa questão, a sua luta se amplia de modo a se libertarem dos ideais neoliberais infiltrados em direcionamentos, condutas e normativas no interior da Universidade. Mudanças ou debates acalorados em curso se expressam na

medida em que “o neoliberalismo mina a capacidade de educadores e outros ligados à educação, para criar as condições que garantam aos alunos real possibilidade de obter o conhecimento e a coragem civil necessários para vencer a desolação, o pessimismo e o cinismo [...]” (GIROUX, 2019, p. 4). Enfatiza que essa ideologia inibe a capacidade de criação e de ação em projetos políticos de democratização possíveis.

Destaca-se que se tem como prerrogativa a universidade como espaço de formação do capital social para uma cultura política democrática e para a inserção no mercado de trabalho, articulada aos movimentos sociais junto ao estabelecimento do AEE na Uniãoeste. Esses fatores são considerados pressupostos fundamentais para o reconhecimento social das PNEE.

### **Reflexões Sobre a Democratização no Ensino Superior**

O processo de democratização não é uma temática simples de se cotejar, porém, para o objeto desta pesquisa, fazem-se pequenas inserções de modo a compreender a Universidade no contexto da contemporaneidade. A democracia pode ser compreendida “como um conjunto de garantias para evitar a tomada ou manutenção no poder de determinados dirigentes contra a vontade da maioria.” (TOURAINÉ, 1996, p. 10). A democracia, como ideário propalado da organização social-econômica da contemporaneidade, possui uma carga de posições e contraposições sobre a estruturação na qual ela se produz e reproduz. Todavia, ao contrário de uma crucial dicotomia, advoga-se aqui uma visão das relações sociais que combina a ação social dos indivíduos e grupos sociais com as estruturas materiais e burocráticas. Dessa forma, constitui-se (re)configuração das ações em um universo de atores sociais e seus respectivos ímpetus e mecanismos de reprodução ou transformação. Enfim, toda ação social pressupõe as respectivas estruturas e vice-versa.

Por sua vez, Cohen (2003) alerta para as transformações em curso e que ao investigador das ciências sociais cabe estar alerta tanto para essas quanto para as novas correlações. Em suas palavras, “os teóricos da democracia apostam na sociedade civil para gerar solidariedade, publicidade, cidadania, consciência de novas formas de injustiça e democracia frente à nova ordem mundial.” (COHEN, 2003, p. 458).

Nas reflexões sobre a possível democratização no ensino superior, importa dar atenção e tentar uma avaliação de pontos fortes e pontos fracos quanto à ação dos atores sociais. Portanto, encontra-se em jogo o ponto de vista de um desempenho na promoção da democracia, de direitos a todos os cidadãos, de apropriação de habilidades, de justiça social e ambiental.

Apesar das significativas críticas por meio da mobilização de atores da sociedade civil às instituições do Estado nacional, este, influenciado pela lógica do mercado de produzir o progresso a qualquer custo, tem sido pouco sensível às demandas por justiça socioeconômica ou às reivindicações de participação nas deliberações daqueles que são afetados por tais decisões (COHEN, 2003). Por sua vez, Touraine (1996) expressa a apreensão de que a democracia seja participativa e libertadora e não apenas deliberativa, e que tem como maior instrumento o voto nas urnas. Nessa perspectiva, é fundamental que os representantes eleitos não constituam em seu mandato decisões políticas como se possuíssem uma procuração com absoluto poder em detrimento da soberania da população. Isso possui uma equivalência com os gestores das Universidades.

Na medida em que os sujeitos se empoderem com formação política e criem hábito e cultura política, com tecnologias de saber, estarão qualificados, de modo que os possibilitem a constituir uma participação de fato nas arenas de disputas de tomadas decisórias: do campo político, na agenda educacional, de saúde, na economia e demais políticas que arquitetaram uma nação. Estas podem ou não proporcionar aos cidadãos as condições de vida que os qualificam como tal, ou partícipes dos resultados sociais da produção de bens materiais e culturais.

Concordando com Lopes e Mélo (2008), é possível considerar que o campo da política é dinâmico, repleto de conflitos convergentes e divergentes, em que as “demandas e interesses são formados por atores que não estão instituídos a priori e ‘para todo sempre’, e que são constituídos no próprio movimento de lutas em uma arena aberta de possibilidades.” (LOPES; MÉLO, 2008, p. 6). Seguem, esses autores, expressando que é nesse campo de inclusão/exclusão que ocorrem disputas. Para captar o caso em análise o explicitamos com Tilly (2006, p. 59): “há assim um grave problema para a intervenção das pessoas que, no interior da academia, querem disseminar o conhecimento e das que, fora da academia, desejam assegurar a distribuição do conhecimento [...]”

É possível frisar que, neste ambiente conflituoso de jogos de poder, os sujeitos aprimoram seus conhecimentos sobre a arte da ação política e sobre fatores inerentes à agenda de políticas públicas. Assim, inauguram-se condições de possibilidade em que o conhecimento e a prática fortalecem a cultura política democrática. A atenção às PNEE aventa a inauguração de uma racionalidade que se importa com outras possibilidades e caminhos às demandas por inclusão social, impelindo uma visão de mundo com o universo aberto ao reconhecimento do outro, rompendo com indiferenças e insensibilidades (DILL; VIEGAS, 2020). A abertura do espaço acadêmico significa uma aventura por outras possibilidades epistêmicas, quem sabe outro cabedal metodológico.

Na ótica de Cohen (2003), ainda não há clareza de que seja possível realizar o controle sobre as funções do poder público ou uma agenda democrática de participação dos cidadãos nas decisões que lhes dizem respeito e uma prestação de contas ou a avaliação de políticas públicas sem as devidas transformações da atual sociedade política brasileira. O conhecimento ainda não está a serviço das formas de solidariedade socialmente ancorada. Assim, o processo de democratização possui variáveis que interferem na concretização dos direitos fundamentais, civis e coletivos.

No contexto da globalização, diversas temáticas ganham status de disputas e debates internacionalizados, enquanto outras se mantêm em âmbito nacional, regional ou local. “Afirmado de outra forma, há uma homologia entre as transformações do espaço e as formas como cada lugar - por intermédio das disputas entre os atores - organiza os direitos.” (LOPES; MÉLO, 2008, p. 9).

Para os autores, supramencionados, a experiência social completa significa possuir as condições de extrair da realidade a interpelação de sua vivência articulada às ações políticas de modo a participar como sujeito nas arenas de disputa sobre políticas públicas, sobre as atribuições do Estado, de Governo, de mercado e da sociedade civil na organização estrutural da sociedade.

Assim, as disputas nas arenas quanto às decisões de agenda política são fomentadas conforme o espaço territorial ao qual os indivíduos se circunscrevem, aos atores envolvidos da instituição em sua realização de políticas públicas. É possível

registrar, a partir desses autores, que nem todos os sujeitos estão empoderados em termos de participação efetiva na arena de disputas, pois “viver uma situação objetiva de privação, desapossamento, sofrimento ou ressentimento não significa, necessariamente, que a vivência, a subjetivação da experiência, esteja formulada, isto é, objetivada enquanto experiência social completa.” (LOPES; MÉLO, 2008, p. 10). A fragilidade da experiência sociopolítica pode levar o indivíduo carente a entender que o reconhecimento dos direitos fundamentais, ainda de acordo com autores citados, são atos de benevolência, de clientelismo ou de favor por parte daquele que efetiva a prestação de serviço público ou ainda do legislador que formulou e homologou a normativa.

Nessa perspectiva, tem relevância considerar que a restrição aos conhecimentos científicos, seja para os sujeitos de direitos, ou para a Nação, atua sob três dimensões, na ação, na identidade e na liberdade, de acordo com que refere Tilly (2006). Ainda em suas palavras, “se considerarmos o acesso ao conhecimento científico benéfico uma forma de liberdade, então a reserva desse conhecimento limita a liberdade no mundo.” (TILLY, 2006, p. 48). Incontestavelmente, o termo liberdade se circunscreve como capacidade de ação sobre suas próprias circunstâncias.

Além disso, a própria atribuição de papéis à Universidade se encontra em debate. Esse debate está para além do território brasileiro, em que existe um projeto de Universidade distinto para os países desenvolvidos e outro formato e função para os países em desenvolvimento, periféricos ou de terceiro mundo (SANTOS, 2011). Juntamente a essa crise de legitimidade, apresenta-se como o tensionamento da dimensão institucional, que, entre outras razões, ocorre frente à exiguidade de consenso de suas atribuições.

Santos e Meneses (2009, p. 467) argumentam que “uma das dimensões principais da sociologia das ausências é a sociologia dos saberes ausentes, ou seja, a identificação dos saberes produzidos como não existentes pela epistemologia hegemônica.” Como contraposição, enunciam a relevância de se produzir a ecologia dos saberes, a qual é compreendida pelos autores como conjunto de conhecimentos originados da diversidade humana, produzido globalmente por grupos singulares, comunidades, movimentos sociais.

O processo de democratização no ensino superior de pessoas com deficiência está atrelado às novas produções de conhecimentos que rompem com mecanismos pautados no “pensamento ortopédico” (SANTOS; MENESES, 2009, p. 453). Ou seja, repõem os problemas como um imperativo de deslocar-se da zona de conforto institucional. A experiência e o conforto da razão indolente dificultam a ascensão de setores sociais ou impede que outros conhecimentos como experiências fundamentais possam contribuir para a compreensão da realidade conflituosa. Essas adversidades estão presentes nas ciências e nas relações sociais quanto à representação simbólica que a deficiência primária como um defeito orgânico ocasiona nos sujeitos.

Tomando a Unioeste como experiência desse processo de ruptura, pode-se mencionar o movimento pelo qual segmentos e setores no interior da Universidade discutem, planejam e promovem ações para que pessoas com deficiência ingressassem, em um primeiro momento como acadêmicos e, posteriormente, como docentes.

## A Unioeste Como Campo de Pesquisa

Para fins desta pesquisa, a partir das reflexões de Bourdieu (2017), o campo universitário é compreendido à luz de uma seara composta por subcampos que, em uma trama de redes, emergem interesses antagônicos influenciados por outros campos, como o cultural, econômico, político. Na busca por reconhecimento e legitimidade, produzem-se relações de poder e de sujeições, que, conforme as influências internas e externas, metamorfoseiam-se em uma contínua reconfiguração. Aqueles que detêm o poder buscam sua conservação e, em contrapartida, outros buscam o pertencimento a este campo, apropriando-se dos benefícios científicos e do reconhecimento social, cultural, intelectual que se pode materializar tanto na Universidade como em espaços exteriores a ela.

No percurso dos acontecimentos, cabe destacar que, em 1994, uma solicitação realizada junto à Direção do Concurso Vestibular para ampliação de prova do tamanho A4 para A3 foi negada. Resultou que a estudante não atingiu o score de pontos para seu ingresso. Em 1995, essa mesma candidata ao concurso vestibular, com baixa visão, foi orientada a requerer que a sua prova fosse ampliada, por meio da interlocução com uma professora da rede estadual de educação, que desenvolvia em conjunto com o Centro de Educação, Comunicação e Artes (CECA) cursos de formação pós-médio intitulados “Adicionais”. Na ocasião, após argumentação de que a ampliação de prova traria vantagens para a candidata, a Direção do Concurso Vestibular deliberou a concessão da solicitação. Assim, ingressou no curso de Pedagogia em 1996 e, como acadêmica, a universidade assegurou os textos das disciplinas em A3 durante toda a graduação (SILVA et al., 2006).

A partir desse relato inicial, é possível interpelar que a candidata parece estar solitária em termos de reivindicação, não tendo atrelado seu pedido a uma associação ou instituição de defesa de direitos. A gestão da instituição desconhecia ou não se preocupava em organizar o Concurso Vestibular para aqueles que dependiam de condições específicas de adaptações com tecnologias assistivas para ingresso no ensino superior. A partir desse fato ocorrido, pode-se acolher um questionamento que diz respeito à concepção de pessoa com deficiência. A ausência de banca especial parece ter ocorrido em função da invisibilidade no contexto social.

Na cidade de Cascavel, neste período, destacava-se a Associação Cascavelense de Pessoas com Deficiência Visual (ACADEVI), criada em 1994, sendo fortalecida pela Constituição do Fórum Municipal em Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, em 1995 (ANDRÉ, 2006; PÁDUA, 2018). No Concurso Vestibular de 1997, apresentou-se um avanço, pois foi constituída e organizada a banca especial, com leitor da prova, para um candidato cego. Todavia, a instituição não estava preparada para receber um acadêmico cego e “no decorrer da primeira semana de aula realizou-se uma manifestação com a participação da Associação Cascavelense de Deficientes Visuais (ACADEVI)” (PÁDUA, 2018, p. 20) junto à gestão da Unioeste, ao chefe do Departamento de Educação, ao Coordenador do Colegiado do Curso de Pedagogia, ao Pró-Reitor de Graduação, aos Diretores do Campus e do Centro de Educação.

A Unioeste, nessa seara, tem uma atribuição ímpar, em virtude de se compor como única instituição de ensino superior pública e gratuita das regiões Oeste e Sudoeste do Estado do Paraná, considerando que, em 2018, essa Universidade contava com 64 cursos de graduação e com 12.646 acadêmicos matriculados. Possui 30 cursos de especialização, 37 cursos de mestrado e 13 cursos de doutorado (UNIOESTE, 2018a, 2018b).

Com o desenvolvimento geopolítico e cultural, a função das Universidades se torna cada vez mais complexa. Nessa alínea de análise, também se destaca que “a inclusão no Ensino Superior é tema urgente para os projetos de investigação, na perspectiva de constituir políticas e ações afirmativas capazes de garantir o acesso e a permanência dos estudantes das classes populares [...]” (LOSS; VAIN, 2018, p. 13). Ainda a propósito da função social da universidade, neste debate, a questão dos recursos tecnológicos se impõe sob dois aspectos: de um lado, é um espaço socialmente percebido como do manuseio de ferramentas tecnológicas, e, de outro, o atendimento às PNEE reporta-se a tecnologias não usuais no cotidiano dos cidadãos.

Os recursos tecnológicos neste estudo da Unioeste caracterizam uma parte importante da atividade educacional, sendo considerados como mediação pedagógica nos processos de inclusão sociocultural (FREITAS; MONTEIRO; CAMARGO, 2017). Os arranjos e adequação de tecnologias assistivas são um empreendimento decorrente de tensas deliberações e de busca por pessoal qualificado para as políticas de acesso e acompanhamento compatíveis com as metas.

Destaca-se ainda a pesquisa doutoral de Rossetto (2009), que investigou a questão do acesso ao ensino superior na Unioeste a partir das vozes de alunos com deficiência. Em relação ao acesso de PNEE ao ensino superior, Urban (2016), em seu doutoramento “Um Estudo de Produções Científicas: Ingresso e Permanência de Universitários com Deficiência”, objetiva a revisão de literatura sobre o ingresso e a permanência no ensino superior a partir da opinião dos referidos estudantes. Para tanto, revisou trabalhos científicos: dissertações ou teses brasileiras. Ela aponta o acesso ao ensino superior, porém, a questão da permanência e acessibilidade precisam avançar em termos de prover as condições educacionais adequadas.

Esta revisão da literatura conforma a compreensão de Bourdieu (2017), ao se reportar à estrutura de um campo como uma dinâmica de interfaces, em que se sucedem relações entre sujeitos e seus respectivos conflitos. Essa dinâmica caracteriza-se pelo quanto de capital cada agente assimilou em proporção ao peso que possuem os demais componentes do campo. Então, quando se sistematizam serviços, as PNEE evidenciam-se como atores em relações ativas e ancoragens em mecanismos deliberativos resultantes de acumulação de poder. O controle e a distribuição desses serviços congregam agentes e cada qual de alguma forma reforça o seu prestígio ou posicionamento em um campo permeado por alianças e disputas.

É com essa abordagem em relação ao ensino superior que se toma a Unioeste como um espaço para estabelecer e aprimorar as ações que possibilitam a ampliação da democratização desse nível de ensino aos setores populares, dentre estes, o segmento das pessoas com deficiência. É nesse campo que o Programa Institucional de Ações Relativas às Pessoas com Necessidades Especiais desenvolve suas ações, com respaldo nas Resoluções 323/97-CEPE, 127/2002-CEPE, 209/2016-CEPE, e contando com a participação efetiva da comunidade externa. O Programa tem como objetivo a ruptura das barreiras atitudinais, a superação das barreiras físicas relacionadas aos mobiliários e equipamentos, às edificações e aos espaços urbanos.

Ao longo das décadas, o ensino superior no Brasil tem se configurado como um espaço elitista, a par de um movimento para sua democratização. Neste aporte, Tilly (2006, p. 59) remete ao fenômeno social, em que “os membros das instituições de ensino superior ocupam atualmente uma posição ambivalente em relação ao controle



e ao acesso desiguais”. Segundo o mesmo autor, os agentes das universidades são profissionais especializados e envolvidos com a produção social, transformação e difusão do conhecimento.

De acordo com Borges e Sbardelotto (2018), os dados nacionais revelam que em torno de 60% dos ingressantes nas Universidades não concluem seus estudos de graduação. Em que pese os dados coletados a nível nacional revelam tanto um quadro de não acesso quanto de não permanência na educação superior, porquanto se pode considerar a construção de estatísticas como instrumentos de mensurações atrelados ao controle e vigilância sobre indivíduos em instituições. Em outras palavras, nas ponderações de Giroux (2019, p. 4), “o culto da mensurabilidade a serviço da cultura da auditoria tornou-se a nova cara de uma cultura positivista, uma espécie de panóptico empiricista que converte ideias em números, e o impulso criativo, em cinzas.” Acrescenta o autor que essa política de mensuração se reduz a técnicas de contabilidade, não estando alinhado a políticas de reconhecimento social e de avaliação na formação universitária. Em sua abordagem política, social e crítica, chama a atenção para os fenômenos ocultados com esses procedimentos, como sejam as questões da responsabilidade pelas desigualdades e as injustiças socioambientais, entre outras.

Não por último, ao tomar uma experiência da Unioeste como campo de pesquisa entendemos que a produção do conhecimento sobre inclusão possui o desígnio de contribuir para outras reflexões sobre circunstâncias e direitos emergentes (FREITAS; MONTEIRO; CAMARGO, 2017). Não obstante, cabe um registro quanto à singularidade do empreendimento abordado e que se encontra histórica e socialmente localizado e datado. Nesse sentido, a análise das experiências com essas qualificações pode subsidiar outros agentes e pesquisadores da educação, inclusive ultrapassando as inovações, as possibilidades e as mediações de processos em curso.

Para a coleta dos dados da pesquisa de campo na Unioeste, realizada por um dos coautores, tornou-se fundamental, para o estudo de caso, o emprego da observação participativa. Esse período foi de presença intensa em todas as atividades do setor da educação especial, gerando um caderno de campo e uma pasta específica de documentação do período. Esse tempo, por si mesmo, parece nada excepcional, mas de fato diz respeito à capacidade do pesquisador de compreender as urgências e as inquietações de indivíduos comuns e especiais concomitantemente.

As entrevistas face a face foram realizadas com 15 indivíduos, os quais estão envolvidos com o AEE na Universidade: 2 gestores, 5 docentes, 5 acadêmicos, 1 membro da equipe advindos da comunidade interna e 2 membros advindos da comunidade externa. O roteiro desta entrevista foi organizado a partir das atribuições e como tal estruturado conforme as três categorias: docentes, gestores e técnicos; acadêmicos; comunidade externa.

Deslocando-nos para o próximo tópico e tendo elaborado com esmero o aparato metodológico, destacamos alguns encaminhamentos fundamentados no processo de organização do conhecimento pelas lentes das ciências sociais: a temporalidade e espacialidade da Educação Superior com seus atores, a questão dos fenômenos sociais e individuais considerados significativos para a temática e, a partir desses pontos, a reconstrução dos fatos por meio da montagem da narrativa.

## O Programa Institucional de Ações Relativas às Pessoas com Necessidades Especiais

Como abordado em tópicos anteriores, o PEE é produto de mobilização de acadêmicos conjuntamente com associações de/para pessoas com deficiência. Essa característica faz desse Programa um espaço voltado para ações de cunho democrático no processo de estabelecimento de diretrizes e atividades para serem efetivadas no interior da Universidade e em atividades de pesquisa e extensão com a rede municipal e estadual de educação. Bueno (2014) atesta uma progressiva e significativa procura junto ao sistema regular de ensino por matrículas de indivíduos com deficiência visual, auditiva, mental e física.

Uma das primeiras atividades nesse sentido se refere à banca especial, tanto em circunstâncias de ingresso quanto as ordinárias. Essa banca tem por objetivo assegurar as condições específicas dos candidatos com deficiência/necessidades especiais para a realização do concurso vestibular, de modo que não tenha prejuízo no acesso ao conteúdo da prova. Em relato, um acadêmico entrevistado sinalizou: *fui bem assessorado. Prestei o vestibular na Unioeste sete vezes, sempre contemplado com Banca Especial e transcritor leitor, prova oral e tempo adicional. A redação também foi feita de forma oral, o tempo adicional sempre foi suficiente* (Entrevista Acadêmico EA3).

Das falas de entrevistados, ainda se abstraíram as informações: a Banca Especial assegura aos candidatos as condições específicas, mas o conteúdo do vestibular é o mesmo e não existem cotas para o ingresso na Unioeste destinadas a este segmento social. De acordo com Entrevista Acadêmico EA1, o vestibular realizado pela Unioeste foi com banca especial com apoio de TILS (tradutores intérpretes de Língua Brasileira de Sinais), um transcritor e um computador para elaborar a redação.

Observa-se que o reconhecimento dos direitos do sujeito com deficiência é fundamental e, para além disso, do reconhecimento como alguém que possui desejos, projetos de vida, sentimentos, conflitos, emoções específicas e produzidas pelo e no social. Veja-se a percepção de um participante da comunidade externa que vivencia situações de discriminação:

Existem muitas barreiras dentro da própria sociedade. Nós, da Surdovel, vamos continuar lutando até conseguir o mais rápido possível abrir esse PSS ou até mesmo um concurso para contratar o intérprete, vamos lutar até conseguir acabar com o preconceito, sempre sentimos a questão do preconceito, da discriminação (Comunidade Externa ECE2).

Comparece neste cenário claramente a dimensão da violência simbólica como uma forma de coerção em face de direitos negados. A resistência expressa na entrevista se institui por meio da adesão a uma agenda de reivindicações socialmente elaborada. Parece notadamente a situação em que os subordinados relutam para evitar outorgar a agenda aos setores com poder de deliberação. Apresenta-se a demanda para pensar-se a si mesmo como sujeito de direitos e advogando a partilha de relações de poder dentro de um campo específico.

Todos os surdos sentem como se fossem uma subespécie, inferiores às pessoas ouvintes, que são consideradas normais, todas as pessoas com deficiência. O governo não tem interesse em proporcionar acessibilidade para nós dentro da sociedade. Por exemplo, na Constituição nós temos direitos iguais e a LDB explicita o direito do atendimento, o surdo precisa do intérprete para conseguir se apropriar do conteúdo, mas o nosso direito é suprimido/infringido. Nós, surdos, somos seres humanos iguais aos ouvintes. Nascermos aqui, somos brasileiros, temos que ter direitos iguais. Precisamos que contratem intérpretes na universidade para conseguir aprender ... (Comunidade Externa ECE2).

Ao mesmo tempo em que se desvela uma reação a partir de instrumentos de conhecimento que de alguma forma já foram compartilhados, todavia ainda existem empecilhos a superar devido à sua incorporação nas estruturas das relações do poder de dominação. Portanto, o reconhecimento social desse segmento é imprescindível para fomentar, planejar e estabelecer condutas frente ao estabelecimento do AEE para aqueles que requerem tal serviço. Esse comprometimento com a educação acadêmica e profissional busca reconhecê-los como homens e mulheres que requerem ser empoderados de conhecimentos tácitos e científicos que contribuam para sua autonomia, as capacidades da independência e efetivação de seus projetos de vida. Nessa alínea de reflexão, a produção, detenção e disseminação do conhecimento socialmente relevante frutifica nos detentores “vantagens políticas, financeiras e existenciais” (TILLY, 2006, p. 57), que, por sua vez, podem ser extensivas às PNEE.

Com essa perspectiva, assegurar a banca especial é uma ação indispensável para que pessoas com deficiência/necessidades especiais possam pleitear uma vaga no ensino superior. Em entrevista com acadêmico, é possível observar a importância do acesso ao ensino superior a esse segmento da sociedade.

Em um primeiro momento, pensando que queria apenas poder trabalhar como estagiário lá na Acadevi para contribuir para a entidade. Comecei a estudar e passei a perceber que isso iria me dar uma grande contribuição em relação à minha vida, sobre a visão de mundo, a questão científica (Entrevista Acadêmico EA4).

Com o constante ingresso de acadêmicos, o Programa na Unioeste, ano a ano, foi adquirindo experiência, não apenas o PEE, mas os colegiados e setores da Universidade, que, de modo direto ou indireto, estavam em contato com o acadêmico que demandava atendimento singular. É possível visualizar nas publicações sobre o referido Programa que somente pela presença de acadêmicos a instituição soma esforços para tomar as providências para atendê-los (DALGALO, 2018; GÓES, 2015; ROSSETTO, 2009). Aos investigadores, os desafios se reforçaram de forma múltipla quando na investigação foram colocados frente a frente com as demandas e sua retórica, permitindo conhecer e compreender os percalços da temática ao participar de situações limite no ambiente universitário.

O ingresso de novos alunos cegos e com baixa visão com características distintas requer constantemente arranjos e adequação de tecnologias assistivas, uma vez que todas as especificidades do atendimento se diferenciam de indivíduo para indivíduo (SILVA, 2005). A partir do ano de 2002, a primeira acadêmica surda

ingressa no curso de Pedagogia. Para aquele momento histórico, em que havia poucas experiências relacionadas ao ingresso de acadêmicos surdos no ensino superior, isso desencadeou uma situação de conflitos internos junto à gestão, aos docentes e aos colegas de sala de aula. Esse fato levou a coordenação do PEE a promover palestras com Ronice Muller de Quadros (2009) e José Geraldo Silveira Bueno (2014), de modo a orientar e clarificar questões teórico-metodológicas relativas à educação de surdos no ensino superior. Quanto ao fenômeno ocorrido na Unioeste, este decorre do fato de que novos atores entram no cenário, da ampliação das referências à educação para PNEE nas leis e nas políticas públicas, consagrando e socializando o “direito público subjetivo à educação” (BUENO, 2014, p. 55).

A contratação do profissional tradutor e intérprete de Libras (TILs) foi um dos entraves burocráticos, uma vez que na ocasião a Universidade somente por meio de testes seletivos assegurou esse profissional na instituição. A manutenção desse profissional desde então tem sido conflituosa, recorrentemente por inexistência de contratação. Devido à situação de profissionais contratados por teste seletivo, a instituição acaba por ser prejudicada, uma vez que esses profissionais constituem um conhecimento tácito-teórico, que se perde quando o contrato com a Universidade é rompido. Em substituição, ingressa outro que terá que passar pelo processo de qualificação, ou seja, isso é uma constante com os profissionais de AEE. De 2002 até 2018, passaram 10 TILs pela Unioeste. Todos fizeram concursos em outras instituições de ensino superior. Os participantes da entrevista puderam expressar suas angústias com relação a essa situação.

O surdo tem uma angústia muito grande, porque desde 2010 estamos lutando pela questão do concurso para intérprete de Libras e até agora não conseguimos. Essa troca de intérprete é horrível para o surdo, de ter que explicar tudo para um novo profissional a cada dois anos. Isso em relação a luta me desanima, a ausência de respostas concretas, o desrespeito do Governo em relação às leis, dos direitos da pessoa com deficiência, do surdo. Tanto o surdo quanto ouvintes pagam impostos: somos pessoas iguais e não temos nossos direitos. Essa barreira da comunicação impede que ele exerça sua cidadania: não existe respeito à identidade. Meu sonho é que tenham intérpretes, que a comunicação seja melhor no futuro (Entrevista Docente ED4).

A equipe do PEE, ciente dessa preeminência, desde 2005 iniciou junto à SETI (Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior) mobilizações promovidas pelos Programas e Núcleos de Educação Especial do Paraná para a criação da função e da vaga no quadro de funcionários das IIES. Participaram dessa reunião, que ocorreu na Reitoria/Unioeste, representantes da UEPG, Unicentro, Unioeste e APPIS. Assim, o setor de Recursos Humanos das instituições faz saber junto à SETI essas mobilizações em prol da regulamentação. Ainda são oficializadas por meio de solicitação do Reitor da Unioeste, que foi imbuído de representar as demais IIES. Em conjunto constituíram em 2009 uma comissão para discutir a criação do cargo e a função desse profissional no quadro de servidores.

Os Programas e Núcleos mobilizados conseguiram compor essa comissão. Nos debates e antagonismos a respeito surgiram interrogações se esse profissional deveria ser docente ou técnico. Como técnico, deveria ter atribuição de realizar

extensão e pesquisa? Caso fosse docente, como ficaria o regime de trabalho? Deveria atuar apenas em sala de aula ou ter carga horária para estudo dos textos que interpretaria e traduziria e qual carga horária? Dessas reuniões, elaborou-se uma minuta de projeto de Lei para a criação da função de Intérprete de Língua Brasileira de Sinais (Libras<sup>3</sup>) e que tal função seria técnica e não de docência. Em que pese seja uma função técnica, as atribuições estão vinculadas diretamente a questões pedagógicas, portanto, era preciso assegurar carga horária, para estudos, pesquisa e extensão (UNIOESTE, 2018b). Foram cinco anos de mobilizações e cobrança às Universidades e à SETI. Em 2010, o poder legislativo aprovou a Lei 16514, que “Inclui a Função de Libras, no rol de funções da Classe I, do cargo Único de Agente Universitário da Carreira Técnica Universitária das IEES.” (PARANÁ, 2010).

Por ingenuidade ou ausência de conhecimento sobre como de fato os trâmites burocráticos e jogo de poder decisório ocorrem nas instâncias governamentais e na Assembleia Legislativa, fica em suspenso como uma minuta elaborada por um coletivo, constituído de servidores estatais, mas que ouviram os sujeitos interessados, intérpretes e surdos, pode ter sido ignorada. Outra possibilidade poderia ser que os legisladores teriam entendido que a questão das atribuições e atuação comporiam a redação do perfil profissiográfico. Todavia, considerando que a realidade do jogo de forças se apresenta bem mais complexo do que frequentemente se supõe, para além de uma dualidade mordaz, inclusive no que se refere à compreensão dos processos sociais: “A própria identidade dos produtores e distribuidores traça fronteiras categóricas entre os conhecedores e os desinformados, os privilegiados e os destituídos, os que estão dentro e os que estão fora.” (TILLY, 2006, p. 58).

Dentre todas as questões abordadas e debatidas, a única respeitada no projeto de Lei aprovado foi a função como técnica e não de docência e como função de nível superior. Apesar do retrocesso devido às supressões dos artigos que detalhavam a função, pode-se inferir que foi um avanço. Entretanto, isso não resolveu os problemas de insuficiência de TILs. Outro detalhe se refere ao nível funcional em que o profissional seria enquadrado na instituição, influenciando no seu salário. Como foi enquadrado no nível de graduação, não poderiam receber gratificação sobre a titulação. Como aprovaram a função, mas não as vagas para efeito de concurso, cada Universidade tratou a questão de modo distinto.

A Unioeste iniciou testes seletivos na função de intérprete de Libras. Na época e até os dias atuais, as divergências permanecem sobre a questão do cargo/função: técnico ou docente. Há mobilizações para mudança da Lei no sentido de tornar uma função de docência. O que não está em questão é um debate sobre a dimensão clínico-terapêutica, em que, na falta de audição, ensinaria uma metodologia para falar e a proibição da língua de sinais (QUADROS, 2009). A autora ainda se refere ao fracasso do oralismo e o movimento por um campo com enfoque social, cultural, político da identidade do ser surdo.

O fato é que, mediante a suspensão de concurso público, profissionais TILs que trabalharam na Unioeste de 2 a 6 anos realizaram concursos e ingressaram em instituições federais. Dessa forma, todo o investimento realizado com esses profissionais, a vivência que adquiriram na função de interpretar no ensino superior, a peculiar interação com acadêmicos e docentes, os conhecimentos de Libras e os termos

<sup>3</sup> Libras é nomeada Língua Oficial em 2002, pela Lei nº 10.436. Em 2005 a Lei 10.436 incluiu Libras como disciplina obrigatória na formação de pedagogos e fonoaudiólogos, entre outros.

técnicos, conceitos e conteúdos das disciplinas se perderam para a instituição. Entretanto, os maiores prejudicados são os acadêmicos surdos que carecem de um profissional qualificado, sendo que ordinariamente passam também por um processo de alfabetização devido a novos conceitos manuseados na graduação. O rodízio de TILs acarreta consequências irreparáveis, pois pode levar o acadêmico à não compreensão dos conteúdos abordados pelo professor, conseqüentemente, resultando em pouco aproveitamento e reprovações.

A situação é bem desfavorável. Este ano a gente teve uma troca bastante intensa, vários termos que são utilizados nas aulas não são nativos de Libras. Então nós temos que fazer adaptações, criar novos gestos, novos símbolos, para adaptar para os conceitos da Ciência da Computação. Começa a trabalhar um profissional, quando ele já criou todo o dicionário, pegou o jeito da disciplina, entra outro. Então é complicado. Às vezes até o próprio tradutor, quando ele começa a entender a disciplina, como funciona, os jargões, as palavras técnicas, entra outro e então começa tudo de novo, atrapalha muito o processo, principalmente no caso do A1. Porque eu lembro que ele trabalhava com a PAEE, há bastante tempo as disciplinas então ela já tinha formado uma base para fazer essas traduções. Acho que ela saiu para o mestrado e, desde então, foram muitas trocas, não é favorável para o aluno essa modificação (Entrevista Docente ED3).

Em decorrência das dificuldades contínuas, em 2013, as IEES/PR discutiram na Unicentro essa situação e resolveram reativar o Fórum Estadual de Educação Especial das IEES/PR (2014), objetivando o fortalecimento coletivo para que as reivindicações realizadas junto aos gestores fossem ouvidas (FEEEIEES/PR, 2014). O evento resultou positivo e animador em termos de mobilização e reativação do Fórum.

Nesse contexto, representantes dos Núcleos e Programas organizaram um encontro para retomar as discussões sobre o FEEEIEES/PR, na Universidade Estadual de Londrina (UEL), em 19/09/2014, em cujo momento também ocorria o “IV Seminário sobre Inclusão no Ensino Superior”. Por essa razão, os profissionais envolvidos nos trabalhos dos Núcleos e Programas entenderam que seria um momento produtivo para o encontro, que discutiria a possibilidade da reorganização desse Fórum. Das sete IEES paranaenses, cinco estavam presentes, inclusive a Associação dos Surdos de Cascavel.

Esse momento ficou registrado como o primeiro do Fórum, com a seguinte pauta: a) retomada de ações referentes à contratação de tradutor/intérprete para as IEES; b) discussão sobre cargos de apoio ao serviço de Educação Especial [especialistas e técnicos]; c) elaboração de proposta para um modelo de serviço estadual de AEE comum a todas as IES; d) organização e funcionamento do Fórum; e) reivindicação de um serviço de apoio da SETI aos Programas, Núcleos e demais serviços de AEE. Também ficou acordado a realização de um seminário na SETI, com objetivo de que cada IEES/PR pudesse expor o contexto ao qual o processo de inclusão de alunos especiais se encontrava, bem como o encaminhamento de ofício solicitando a criação de setor, na SETI, para fomentar políticas de Educação Especial junto às IEES/PR (FEEEIEES/PR, 2014). Outros encaminhamentos: a apresentação de minuta de Regimento do Fórum; a composição de uma diretoria provisória e eleição de Diretoria em março/2015 com mandato de dois anos.

No ano de 2015, o Fórum realizou dois encontros: um em Guarapuava, aprovando o Regimento Interno de funcionamento deste; o segundo foi um seminário que ocorreu na SETI. Nessa ocasião, foi entregue um ofício para representantes da SETI, solicitando concurso público para tradutor e intérprete, constituição de uma equipe de Educação Especial daquela Secretaria, definição orçamentária para os Núcleos e Programas de Educação Especial e instituição de políticas para atender às demandas postas a esses setores das IEES/PR.

As mobilizações dos membros do Fórum junto à esfera estatal do Governo não surtiram o efeito esperado, pois este não formalizou encaminhamento ou proposta. Os membros do Fórum fizeram muitas outras reuniões. De acordo com os documentos consultados e a partir da experiência decorrente da observação participante existem sinais de que a participação social e política de segmentos das IEES/PR demonstrou os limites de um processo de negociação no seio da burocracia estatal. Ao que tudo indica o Fórum ficou delimitado devido a processos, funções e competências dos integrantes, bem como a um conjunto de disputas e conflitos existentes junto às instâncias deliberativas do poder Executivo e Legislativo.

A coordenação desse Fórum em conjunto com a equipe do PEE e movimentos das PCD de Cascavel, como estratégia política, participaram da Assembleia Legislativa do Paraná – Comissão de Educação, que ocorreu em 01/09/2019, na cidade de Cascavel, sendo a temática a defesa das universidades públicas e gratuitas. Foram convidados para o Seminário parlamentares, representantes do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência (COEDE), Reitores e Pró-Reitores, representantes da SETI, Secretaria Administrativa e da Fazenda, Governador e Vice-Governador. A principal temática do evento ficou definida como a questão da institucionalização de uma política de Inclusão para o Ensino Superior, envolvendo recurso orçamentário e contratação por meio de concurso público para profissionais do AEE; exposição dos Programas e Núcleos explicitando os desafios e limites que se colocam diariamente para assegurar as condições educacionais de docentes e acadêmicos nestas Universidades.

Nessa lógica, a retomada do Fórum proporcionou fatores relevantes. O primeiro se refere ao fato de que o Fórum não está subordinado à hierarquia institucional das IEES/PR, o que permite ter autonomia para definição de pautas a serem levadas à SETI e outras Secretarias de Governo. O segundo se refere ao fortalecimento da temática mediante mobilização entre servidores que atuam com a AEE. Em terceiro, demonstra que a luta pelo reconhecimento social tenta transpor o muro de uma Universidade, em que as mobilizações envolvem várias instituições e movimentos de PNEE.

Por fim, o Fórum opera como espaço privilegiado de síntese de demandas coletivizadas, expandindo o debate acerca das consequências de desigualdades múltiplas dentro de uma ordem materializada no campo da educação superior.

### **Considerações Finais**

A Universidade como instituição de seu tempo retrata os antagonismos sociais. Entretanto, com o movimento de inclusão social, a luta por reconhecimento de setores populares por garantia de efetivação de seus direitos está possibilitando uma apropriação de saberes e, a passos lentos, novas perspectivas de relações sociais. A investigação ocasionou a observação sobre a direção possível das formas de participação

sociocultural e política, como é o caso do Fórum mencionado e as associações vinculadas as PNEE. A tentativa evidenciada se reporta ao processo de execução de políticas públicas num período de tempo específico, com o intuito de imprimir uma ótica democrática na gestão das políticas de Educação Especial.

O processo de democratização de uma sociedade perpassa, então, situações complexas e, às vezes, as tomadas de decisões são aquelas que privilegiam elites e não a população em geral, pois essa mesma população acaba favorecendo o elitismo, a ampliação de poder e de dinheiro em detrimento daqueles que dependem de políticas públicas para terem uma condição de vida menos miserável. O desenvolvimento do conhecimento científico está atrelado aos interesses econômicos e de mercado e ocasionalmente também às demandas sociais propriamente ditas.

Nas exposições supracitadas, pode-se observar que existe uma tensão entre aqueles que desejam potencializar a democratização do conhecimento científico e seus benefícios para a vida da população e aqueles que pensam nos conhecimentos produzidos e suas tecnologias como capital. Esta última amplia a ausência ou exclusão social quanto ao acesso a tratamento de saúde, ao acesso à educação de pessoas com deficiência, à aquisição de saberes científicos, à alimentação, entre outros. A rede de informação é um instrumento crucial na instauração de percepções, opiniões e engajamentos. Os diversos atores mencionados no cenário analisado, de alguma forma, assumem múltiplas funções, ao mesmo tempo parceiros, competidores, juízes e usuários de resultados uns dos outros.

Deste ponto de vista, os resultados da investigação atestam uma atribuição fundamental à reflexão cotidiana de docentes e pesquisadores, de funcionários e acadêmicos sobre as ações pedagógicas no espaço universitário visando a formação de alunos com deficiência. Esta parece ser uma condição para que sejam identificadas as possibilidades de aprendizagem de PNEE apesar das circunstâncias adversas.

Em síntese, o que está em jogo se relaciona à maneira como a Universidade se reestrutura, para a formação de elites intelectuais, para a formação e acesso universal da cultura científica ou para a formação técnica-profissional frente a eficácia e eficiência do mercado. Além disso, parece muito consistente admitir a crise fiscal do Estado para averiguar em que condições será possível a responsabilização pelas deliberações no âmbito universitário, bem como assegurar uma relação dentro das regras do jogo democráticos entre a sociedade civil, o Estado de Direito, os direitos humanos e a justiça socioambiental. Deve-se acrescer, a esta seara, a manutenção das Universidades públicas subsidiadas pelo Estado ou com autofinanciamento. São questões em aberto que estão postas para o debate na arena política.

O contexto formado pelas condições adequadas permite endossar que o ator estatal com competência técnica e política possui esteio para formular e efetivar políticas públicas condizentes com a demanda social e com as materialidades institucionais. Dentre essas competências, identifica-se o saber “escutar” os atores com deficiência em suas demandas e constituir ambiente de participação, discussão e deliberação, para definição e organização de serviços a serem oferecidos. Nesse sentido, o diferencial para que a Universidade efetuasse ações de acesso a esse segmento social foi desencadeado pela gestão participativa de atores da sociedade civil (acadêmicos, representantes de associações, setores de instituições públicas que possuem serviços para PCD/PNEE), objetivando o reconhecimento social, o respeito ao acadêmico e às suas demandas de AEE e o acesso ao conhecimento socialmente relevante.



Os rumos do presente artigo tomaram como referência uma política de educação inclusiva, utilizando dados de uma investigação empírica. Ousamos afirmar que um momento de transformações tecnológicas e de guinadas epistemológicas se encontra em curso e pode ser objeto de outras investigações futuras. Ainda mudanças em curso nas agendas acadêmicas tendem a examinar o fenômeno social das deficiências como um conjunto de relações sociais, bem como incluindo a especificidade das noções de classe, gênero e raça. Enfim, não olvidamos que a presente investigação enfocou a perspectiva inclusiva sob a ótica dos direitos humanos.

## Referências

- ANDRÉ, Maria F. C. *Fórum Municipal em defesa dos direitos da pessoa com deficiência: uma reflexão sobre a concepção do direito presente nas suas lutas*. 2006. Monografia (Especialização em História da Educação Brasileira) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, Cascavel, 2006.
- BORGES, Liliam F. P.; SBARDELOTTO, Vânice S. A docência no contexto da expansão da educação superior. In: LOSS, Adriana Salete *et al.* (org.). *Ensino superior em movimento: aproximações da inclusão pelos princípios da educação popular*. Curitiba: Editora CRV, 2018. v. 1, p. 265-279.
- BOURDIEU, Pierre. *Homo academicus*. Tradução de Lone Ribeiro Valle e Nikon Valle. Florianópolis: UFSC, 2017.
- BUENO, José G. S. *Educação especial brasileira: questões conceituais e de atualidade*. São Paulo: EDUC-Editora da PUC-SP, 2014.
- COHEN, Jean L. Sociedade civil e globalização: repensando categorias. *Revista de Ciências Sociais*, Fortaleza, v. 46, n. 3, p. 419-459, 2003.
- DALGALO, Vanderlize S. *A Prática Docente nos Cursos de Graduação da Unioeste no Contexto da Educação Especial: período de 2012 a 2016*. 2018. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Estado e Educação) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Cascavel, 2018.
- DILL, Diovane R.; VIEGAS, Moacir F. Escola e a racionalidade moderna na perspectiva de Boaventura de Souza Santos. In: CUNHA, Fernando I. J. *et al.* (org.). *Educação e ensino: reflexões teóricas e práticas*. Maringá: UNIEDASUL, 2020. p. 57-64.
- FEEIEES/PR - FÓRUM ESTADUAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL DAS IEES/PR. ATA 001, de 19 de setembro de 2014. Londrina: UEL, 2014.
- FREITAS, Ana Paula; MONTEIRO, Maria Inês Bacellar; CAMARGO, Evani Andreatta Amaral. Ações e reflexões de docentes e pesquisadores sobre a prática pedagógica com alunos com deficiência. *Revista de Educação Pública*, Cuiabá, v. 26, n. 61, p. 57-76, 2017.
- GIROUX, Henry. O neoliberalismo é a nova face do fascismo: a linguagem da educação neoliberal. [Entrevista concedida a] Mitja Sardoč. Blog do Alok, Brasília, 6 jan. 2019. Disponível em: <http://blogdoalok.blogspot.com/2019/01/o-neoliberalismo-e-nova-face-do.html>. Acesso em: 2 mar. 2019.
- GÓES, Eliane P. *Inclusão de estudantes com deficiência na Universidade Estadual do Oeste do Paraná*. Tese (Doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana) - Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.
- LOPES, José R.; MÉLO, José L. B. Democracia, desigualdades e direitos desterritorializados: um esboço da questão. *Revista Ciências Sociais Unisinos*, São Leopoldo, v. 44, n. 1, p. 5-12, 2008.
- LOSS, Adriana Salete; VAIN, Pablo Daniel. *Ensino superior e inclusão: palavras, pesquisas e reflexões entre movimentos internacionais*. Curitiba: Editora CRV, 2018.
- PÁDUA, Ivã J. *O papel dos movimentos sociais das pessoas com deficiência na efetivação de políticas educacionais de acesso ao ensino superior na Unioeste*. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2018.
- PARANÁ. *Lei 16514, de 25 de maio de 2010*. Dispõe que somente será considerado guia de turismo no Estado do Paraná, o profissional que estiver cadastrado no Ministério do Turismo

Regional MTR-PR, conforme específica e adota outras providências. Curitiba: Assembleia Legislativa, 2010.

QUADROS, Ronice Müller. *Educação de surdos: a aquisição da linguagem*. Porto Alegre: Artmed, 2009.

ROSSETTO, Elisabeth. *Sujeitos com deficiência no ensino superior: vozes e significados*. 2009. Tese (Doutorado em Educação) - UFRGS, 2009.

SANTOS, Boaventura de S.; MENESES, Maria P. *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Edições Almedina, 2009.

SANTOS, Boaventura S. *A Universidade no Século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade*. São Paulo: Cortez, 2011.

SILVA, Dorisvaldo R. *A educação de pessoas com deficiência visual: requisitos básicos para o desenvolvimento de um aplicativo educacional*. 2005. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção), Universidade Federal de Santa Catarina, 2005.

SILVA, Dorisvaldo R.; ROSSETTO, Elisabeth; ROSA, Enio Rodrigues da; IACONO, Jane Peruzo; SILVA, Vera Lucia Ruiz Rodrigues da. Programa Institucional de Apoio à Inclusão de Pessoas com Deficiência no Ensino Superior. *Revista Ponto de Vista, Educação e Processos Inclusivos*, Florianópolis, v. 8, p. 55-74, 2006.

TILLY, Charles. O acesso desigual ao conhecimento científico. *Revista Tempo Social*, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 47-63, 2006.

TOURAINÉ, Alain. *O que é a democracia?* Petrópolis: Vozes, 1996.

URBAN, Ana L. P. *Um estudo de produções científicas: ingresso e permanência de universitários com deficiência*. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) - UNESP, 2016.

UNIOESTE. *Resolução 127, de 10 de setembro de 2002*. Programa Institucional de Ações Relativas às Pessoas com Necessidades Especiais (PEE). Cascavel: Unioeste/CEPE, 2002.

UNIOESTE. *Resolução 209, de 06 de outubro de 2016*, aprova o Regulamento do Programa Institucional de Ações Relativas às Pessoas com Necessidades Especiais (PEE) da Unioeste" (PEE). Cascavel: Unioeste/CEPE, 2016.

UNIOESTE. *Coletânea de Documentos*. Programa Institucional de Ações Relativas às Pessoas com Necessidades Especiais (PEE). Livro 3. Cascavel: Unioeste/PEE, 2018a.

UNIOESTE. "Correio Eletrônico recebido da PROGRAD", *Programa Institucional de Ações Relativas às Pessoas com Necessidades Especiais (PEE)*. Cascavel: Unioeste/PEE, 2018b.

**Declaração de Co-Autoria:** O/As autore/as declaram consistir o artigo em "uma parte da tese de Vera Lucia Ruiz Rodrigues da Silva defendida junto ao PPGCS, Unisinos, sob a orientação de Aloisio Ruscheinsky." Ambos declaram ter sido Vera Lúcia R. Rodrigues da Silva responsável pela "concepção da pesquisa, da coleta de dados, entrevistas e toda parte documental utilizada na tese, inclusive o processamento do material, a análise e interpretação dos dados, etc)". O recorte do artigo, entretanto, "foi estabelecido de acordo mútuo entre os coautores, sendo produzido com colaboração paritária", de modo que sua redação final "foi densamente modificada". Enquanto "os dados empíricos são de responsabilidade última de Vera Lúcia R. Rodrigues", "as sugestões bibliográficas (...) bem como a devida seleção da ótica dos respectivos autores" abordados no artigo couberam a Aloisio Ruscheinsky.

\*Minicurrículo do/as Autore/as:

**Vera Lucia Ruiz Rodrigues Silva.** Doutora em Ciências Sociais pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (2019). Coordenadora do Programa Institucional de Ações Relativas às Pessoas com Necessidades Especiais (PEE-UNISINOS). Pesquisa financiada pela CAPES/Abdias Nascimento, (Processo n. 88881.127570/2016-01). E-mail: vlrrsilva29@gmail.com.

**Aloisio Ruscheinsky.** Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo (1996). Professor Titular junto à Licenciatura em Ciências Sociais e ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos. E-mail: aloisioruscheinsky@gmail.com.